PRÁTICAS COM GÊNEROS TEXTUAIS EM RELATOS DE PROFESSORES PARTICIPANTES DA FORMAÇÃO SOMA - PB

***Fábia Sousa de Sena*[1]**

***Jocielle Sousa de Alfredo* [2]**

***Soraya Gonçalves C. da Silva*[3]**

***Rubeny Ramalho Santos*[4]**

***Marianne C. B. Cavalcante* [5]**

Eixo Temático: 7. Alfabetização e formação inicial e continuada de professores

Resumo: O Programa SOMA do governo estadual da Paraíba, refere-se a um pacto pela aprendizagem, objetivando melhorar os indicadores da rede pública de ensino e promover a educação na idade certa, ancorados nas metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação e do Estado da Paraíba. O programa estimula ações com a finalidade de qualificar os profissionais atuantes no ciclo de alfabetização da educação básica, vislumbrando o letramento numa perspectiva interdisciplinar, como forma de garantir os Direitos de Aprendizagem. Para tanto, nas formações de língua portuguesa, deu-se ênfase ao trabalho com gêneros textuais no processo de ensino-aprendizagem, sendo esse trabalho orientado, por documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e Base Nacional Comum Curricular (2017). O presente escrito objetiva acompanhar as práticas com gêneros textuais em relatos produzidos por professores do 3º ano, participantes da formação SOMA na Paraíba no ano de 2018, com o intuito de levantar quais gêneros textuais foram mais trabalhados e os quais de fato, foram incorporados no dia a dia da sala de aula. Metodologicamente, adotamos a pesquisa qualitativa de natureza interpretativista, e como instrumento de pesquisa os relatos contidos na base de dados do SOMA/PB, dispostos no Núcleo de Estudos em Alfabetização em Linguagem e Matemática / NEALIM – UFPB do ano de 2018. Verificamos através da fala dos professores participantes, que as práticas orientadas são postas aos nossos educandos e a prova disto, são as experiências exitosas, que incorporam os gêneros textuais/discursivos no dia a dia da sala de aula, numa busca de alfabetizar letrando.

Palavras-chaves: Gêneros Textuais; Programa SOMA; Formação Continuada.

Introdução

[1] Doutoranda em linguística PROLING/ UFPB, supervisora e gestora escolar do município de João Pessoa/PB. Contato: fabiasena1@gmail.com

[2] Doutoranda em linguística PROLING/UFPB, Graduada em Pedagogia/UFPB, Integrante do Núcleo de Estudos em Alfabetização em Linguagem e Matemática – NEALIM/UFPB. Contato: jociellyalfredoo@hotmail.com

[3]Doutoranda em Linguística pelo PROLING/UFPB. Professora da Atendimento Educacional especializado dos Municípios de Olinda e Paulista no Estado do Pernambuco. Contato: sorayagcsilva@gmail.com

[4] Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino - MPLE / UFPB, rubenyram@hotmail.com

[5] Professora Doutora Titular da Universidade Federal da Paraíba. É Bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq. marianne.cavalcante@gmail.com

O processo de alfabetização, no Brasil, de acordo com os documentos oficiais, é de responsabilidade dos ciclos iniciais de aprendizagem do Ensino Fundamental da Educação Básica.

O sistema de ensino por meio de ciclos, teve início com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394 de 1996, que propôs a referida organização. Assim, os sistemas de ensinos passaram a compreender que a alfabetização, até então, organizada em classes de alfabetização, com aprendizagem de forma mecânica, não estava dando conta do mundo atual, envolvendo as novas tecnologias e os diversos incentivos visuais, sendo assim, insuficientes sua realização em apenas um ano de escolaridade.

Dito isto, foi compreendido que, para a consolidação dessa alfabetização, englobando a apropriação da leitura e da escrita, seria necessário o período sequencial de 3 (três) anos, seguindo o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (2011) e na Meta 5 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014), que, posteriormente, com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), fica compreendido como necessário para a consolidação dessa alfabetização, o período de 2 (dois) anos.

A partir da LDBEN nº 9.394/96 e sua organização do ensino através do ciclo de aprendizagem, o conceito de alfabetização começa a se tornar insatisfatório, dando espaço ao termo letramento, que se solidifica no âmbito educacional, por se compreender que o letramento é um processo que se estende durante toda a vida do indivíduo e se propaga em todas as áreas de conhecimento.

Soares (2000) define letramento como as práticas sociais exercidas pelos indivíduos através da leitura e escrita por meio dos diversos gêneros textuais existentes na sociedade. Para a referida autora, a prática de alfabetização e letramento se complementam, uma vez que, alfabetizar significa orientar a criança para o domínio da tecnologia da escrita e letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita (SOARES, 2000).

A partir de então, fica compreendido que, a criança além de dominar os códigos de leitura e escrita deve participar das práticas sociais, que envolvem os referidos códigos. Desse modo, surgem novas propostas metodológicas que orientam as crianças para a convivência, experimentação e domínio de práticas de leituras e de escritas que circulam na sociedade.

Visando atender essa nova configuração de ensino, foi instaurado através da Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que teve duração de 6 (seis) anos, tendo a sua finalização no ano de 2018, porém, como forma de dar continuidade a proposta de alfabetização na idade certa, o governo Estadual da Paraíba, institui o Programa SOMA, através do Decreto nº 37.234 de 14 de fevereiro de 2017 que tem, dentre outros objetivos, a melhoria da aprendizagem dos educandos do ensino

fundamental por meio da formação de professores com a finalidade de melhorar os índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira).

Importante ressaltar que, a formação oferecida aos professores, era realizada pela UFPB, através do NEALIM (Núcleo de Estudos em Alfabetização em Linguagem e Matemática), para tanto, nas formações de língua portuguesa, foi enfatizado o trabalho com gêneros textuais/discursivos, uma vez que, os referidos gêneros tornaram-se indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, principalmente nos ciclos de alfabetização da educação básica, sendo o seu trabalho orientado, por documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e BNCC (2017).

Dito isto, o presente escrito tem como objetivo acompanhar as práticas com gêneros textuais em relatos produzidos por professores do 3º ano, participantes da formação SOMA na Paraíba no ano de 2018, com o intuito de levantar quais gêneros textuais foram mais trabalhados e os quais de fato foram incorporados no dia a dia da sala de aula.

O tema é desafiador e extremamente inquietante, para tanto, nos pautamos em documentos legais como os Elementos Conceituais e Metodológicos para a definição dos Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental (Brasil, 2012), Documento do Pacto pela Aprendizagem na Paraíba, instituído através do Decreto nº 37.234, de 14 de fevereiro de 2017, assim como, alguns estudiosos da área, a saber, Bakhtin (1979); Soares (2000), dentre outros, que compreendem que os gêneros textuais estão presentes em todas as esferas da atividade humana. Acompanharemos agora um pouco do Programa SOMA.

O Programa SOMA e a utilização dos gêneros textuais/discursivos na formação continuada dos professores

Considerando que a leitura e escrita são produtos socioculturais e que a aprendizagem, de acordo com Vygotsky (1991), se dá através das interações do sujeito com seus pares e com o meio ambiente em que vive, possibilitando a criança vivenciar situações concretas que se façam presentes o uso da escrita e da leitura no meio social, com a finalidade de contribuir para uma aprendizagem mais dinâmica, levando em consideração o desenvolvimento do letramento do educando em consonância com a política do PNE.

Compreendendo que a alfabetização/letramento é uma etapa importante na vida da criança, pois é nessa etapa que ocorre a aquisição da escrita e da leitura na perspectiva de um alfabetizar letrando, podemos registar que o Programa SOMA (Pacto pela Aprendizagem na Paraíba), foi instaurado pelo governo do Estado da Paraíba, estabelecido por meio do Decreto 37.234 de 14 de fevereiro de 2017, tendo como objetivo a melhoria da aprendizagem

dos educandos do ensino fundamental por meio da aplicação de avaliações bimestrais, formação de professores e gestores, monitoramento e utilização de sistema próprio de gestão de informação, garantidos a partir da cooperação técnica firmada entre governo do estado e municípios, visando melhorar ainda, os índices do IDEB de 2017 e alcançar o IDEB proposto em 2019 e promovendo a alfabetização na idade certa.

Como vimos, o referido programa foi organizado a partir de ações estratégicas que possibilitassem qualificar os indicadores educacionais. Nesse contexto, 219 municípios aderiram ao programa apresentando assim, a preocupação e o comprometimento destes, com uma educação de qualidade.

O programa se pautou nas metas estabelecidas pelo PNEe pelo Plano Estadual de Educação da Paraíba, respectivamente: a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, níveis adequados de letramento ao final do 5º ano e correção do déficit de aprendizagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental, visando superar os desafios encontrados no processo de alfabetização/letramento e os déficits de aprendizagens identificados no processo educacional da rede pública.

Tendo como finalidade uma alfabetização pautada no letramento em que o ensino da escrita parte do trabalho com gêneros textuais, considerando o desenvolvimento de habilidades escritoras intencionais que, dialogicamente, se constituem e permitem a participação do autor nas práticas sociais, bem como do leitor interagir com o escrito. Ou seja, uma alfabetização que possibilitasse ao aluno ter a efetiva participação nas sociedades letradas.

Nessa perspectiva, o professor alfabetizador precisava assumir a função de auxiliar na formação de sujeitos aptos ao pleno exercício da cidadania, compreendendo que, para exercer sua função de forma plena seria necessário ter clareza do que ensina e de como ensina. Para isso, não bastava ser um reprodutor de métodos que objetivassem apenas o domínio de um código linguístico. Seria preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização estava subjacente à sua prática.

Em se tratando do formato da formação, esta, era realizada pelo programa aos professores do Ciclo de Alfabetização (nesse periodo, era formado pelas turmas de 1º, 2º e 3º anos), tendo como finalidade oferecer capacitação com a apresentação de várias estratégias a serem desenvolvidas em sala de aula, apresentando procedimentos metodológicos, assim como materiais que auxiliassem os educadores no processo de alfabetização, direcionando sua prática pedagógica a partir da perspectiva sociointeracionista. A referida formação estava voltada para a alfabetização em consonância com o letramento, vislumbrando garantir a todas as crianças os direitos de aprendizagem.

> São descritos direitos de aprendizagem gerais, que permeiam toda a ação pedagógica e depois são expostos quadros com conhecimentos e capacidades específicos organizados por eixo de ensino da Língua Portuguesa: Leitura, Produção de Textos Escritos, Oralidade, Análise Linguística (BRASIL, 2012, p. 31).

Portanto, as perspectivas eram que os professores conhecedores dos direitos de aprendizagem e, tendo a consciência do seu papel diante na sociedade, refletissem acerca de sua prática em sala de aula e utilizassem a metodologia desenvolvida no programa, contribuindo para que o objetivo do referido programa pudesse ser alcançado.

Sobre a estrutura do referido programa, registramos que, no primeiro ano do Programa SOMA foi confeccionado um material contendo 12 cadernos, sendo 6 (seis) de língua portuguesa e 6 (seis) de matemática, organizados com base a atender os Direitos de Aprendizagem. Os cadernos de língua portuguesa levavam em consideração os eixos de aprendizagem da referida área, a saber, Leitura, Oralidade, Produção de Textos Escritos e Análise Linguística.

A equipe de Formação estava sob a coordenação do NEALIM/UFPB, sendo composta por formadores das áreas de Língua Portuguesa e Matemática de diversas universidades públicas paraibanas, que se distribuiam em polos para atender, diretamente, todas as turmas de alfabetização do Estado da Paraíba.

A prática estava baseada na concepção sociocultural de Vygotsky (1991) do desenvolvimento humano, concebendo a aprendizagem como processual e socialmente mediada.

Para tanto, nas formações de língua portuguesa, deu-se ênfase ao trabalho com gêneros textuais/discursivos, uma vez que, os referidos gêneros tornaram-se indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, principalmente nos ciclos de alfabetização da educação básica, sendo o seu trabalho orientado, por documentos oficiais, como os PCN (1998) e BNCC (2017).

Percurso metodológico

Esse estudo se apresentou como qualitativo de natureza interpretativista, tomando como instrumento de pesquisa os relatos produzidos pelos professores participantes da formação do Programa SOMA 2018. Os referidos relatos estão arquivados na base de dados do SOMA/PB, dispostos no NEALIM/UFPB.

Para a confecção dos referidos relatos, foram entregues a cada professor participante da formação SOMA, um modelo previamente construído, contendo: Título, Resumo, Introdução, Descrição da Prática, Resultados e Referências.Também foram orientados que

seguissem o modelo de sequência didática de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), corroborando com a ideia de que a escola deve utilizar os gêneros textuais/discursivos como um suporte para ensinar os alunos a escrever, ler e falar, articulando as práticas de alfabetização com práticas sociais vivenciadas pelos educandos.

Análise e discussão dos dados

Para o presente estudo, que apresentou como objetivo acompanhar as práticas com gêneros textuais em relatos produzidos por professores do 3º ano, participantes da formação do SOMA na Paraíba no ano de 2018, com o intuito de levantar quais gêneros textuais foram mais trabalhados e os quais de fato foram incorporados no dia a dia da sala de aula, selecionamos todos os relatos produzidos pelos professores do 3º ano da Educação Básica, configurando o total de 110 (cento e dez) relatos, destes, foram separados 36 (trinta e seis), por estarem relacionados à linguagem matemática e não ser foco do nosso estudo, restando o total de 74 (setenta e quatro) relatos direcionados à língua portuguesa.

Todos os relatos selecionados e relacionados ao nosso objeto de estudo, foram lidos em sua integridade e identificados o constante na tabela 1.

Tabela 1 – Ocorrência dos gêneros textuais

GÊNEROS TEXTUAIS	OCORRÊNCIA
Histórias	**14%**
Cantigas	**8,9 %**
Carta Pessoal	**5,9 %**
Poema	**5,9 %**
Fábula	**3 %**
Receita	**2,2 %**

Fonte: Dados da pesquisa coletados pelas pesquisadoras - 2019

De acordo com a tabela 1, o gênero textual com maior ocorrência, tratou-se do gênero Histórias, com o percentual de 14 %, seguida de cantigas com 8,9 %, carta pessoal 5,9 %, poema 5,9%, fábula 3% e receita 2,2%, sendo importante frisar que os gêneros com apenas 1 (uma) ocorrência não foram pontuados.

Desse modo, podemos constatar que, a tabela acima apresenta dentro da proposta interacionista da linguagem, um movimento de natureza dialógica, que se realiza entre os indivíduos por meio dos gêneros utilizados, através dos quais os indivíduos interagem na vida social, dentro da perspectiva dialógica de Bakhtin (2002).

O trecho abaixo do relato da professora alfabetizadora do município de Belém

do Brejo do Cruz veio corroborar com a importância do trabalho com gêneros textuais/discursivos na sala de aula, enfatizando a relevância desse gênero ultrapassar os muros da escola e estar presente no dia a dia de cada educando:

> *"A sequência didática desenvolvida com o gênero textual (história) teve contribuições enriquecedoras para o desenvolvimento das crianças, pois possibilitou uma viagem pelo mundo encantado da leitura, contribuindo para desenvolvimento da imaginação e da criatividade, como também as vivências proporcionaram avanço na aprendizagem das crianças no que diz respeito a leitura e a apropriação do SEA"* (Professora Alfabetizadora – Belém do Brejo do Cruz).

A referida professora alfabetizadora, acrescenta ainda, que se utilizou do modelo de sequência didática abordada na formação do Programa SOMA 2018, para enriquecer o momento das suas aulas, abordando os direitos de aprendizagem, "*A partir da sequência didática explorei os direitos de aprendizagem contemplando os eixos: leitura, oralidade, escrita e produção de textos"* (Professora Alfabetizadora – Belém do Brejo do Cruz). Tendo em vista que, o trabalho com sequência contribui para aprimorar a produção escrita de acordo com a situação comunicativa, possibilitando o desenvolvimento do trabalho de maneira progressiva, apresentando de forma clara os procedimentos metodológicos que serão vislumbrados.

Considerações Finais

O Programa SOMA, através das formações realizadas no Estado da Paraíba, propôs mudanças para o fazer pedagógico, tendo apresentado resultados positivos, uma vez que, podemos perceber na fala dos professores participantes, através dos relatos produzidos, que as práticas orientadas são postas aos nossos educandos e a prova disto, são as experiências exitosas, que incorporaram os gêneros textuais/discursivos no dia a dia da sala de aula, numa busca de alfabetizar letrando.

Assim, podemos contemplar que os gêneros textuais/ discursivos forma, realmente, introduzidos na sala de aula de maneira sistematizada e dinâmica, de modo que, as aulas se tornassem mais atrativas e contextualizadas com o dia a dia do educando.

Referências

BAKHTIN, Michael. **Estética da criação verbal**: Os gêneros do discurso. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Michael. **Questões de Literatura e Estética**: A teoria do romance. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN, 9394/96.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental – **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: Currículo na alfabetização: concepções e princípios. Ano 01: unidade 01. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental**. Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação.**Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. **Sequências didáticas para o oral e a escrita**: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. E Org. de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

PARAÍBA, Decreto 37.234 de 14 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://paraiba.pb.gov.br/governo-do-estado-divulga-resultado-do-programa-soma/ Acesso em: 30 de Nov. de 2019.

SOARES, Magda. **As muitas facetas da alfabetização**. In: Alfabetização e letramento. São Paulo: Contextos, 2000.

VYGOTSKY. L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.